

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., referente ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.433/15, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu do Brasil S.A. iniciou suas operações em abril de 2.016, portanto este foi o primeiro ano completo de atuação, oferecendo aos nossos clientes alternativas de financiamentos que melhor se adequem às suas necessidades e auxiliando as empresas do grupo Komatsu no país a viabilizar o escoamento da produção de equipamentos, para os vários segmentos de atuação.

O valor presente da carteira de operações de crédito, no encerramento do exercício, foi de R\$ 102.289 mil e o valor presente da carteira de arrendamento mercantil de R\$ 4.508 mil.

O lucro líquido no período foi de R\$ 298 mil e o patrimônio líquido de R\$ 98.665 mil, com o índice de Basiléia de 69,54 %.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A administração

São Paulo, 6 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-14428/O-6


Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

	NOTA	2017	2016		NOTA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		70.116	65.185	PASSIVO CIRCULANTE		26.163	1.822
Disponibilidades	4	12	12	Depósitos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4/5	20.735	42.248	Depósito a Prazo	11	5.157	-
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		20.735	42.248	Obrigações p/Empréstimos no Exterior	12	16.634	-
Titulos e Vlr's Mobiliários Instr.Finan.Derivativos	6	5.084	-	Empréstimos no Exterior		16.634	-
Titulos de Renda Fixa		5.084	-	Obrigações p/ Repasses Pais - Instituições Oficiais	13	1.998	-
Operações de Crédito	7	43.234	22.384	Finame		1.998	-
Setor Privado		41.480	22.692	Outras Obrigações	14	2.374	1.822
Finame		1.992	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		20	25
Empréstimos		299	-	Fiscais e Previdenciárias		265	307
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(537)	(308)	Credores por Antecipação Valor Residual		117	-
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(5)	-	Pagamento de Pessoal		1.471	1.266
Arrendamento Mercantil		1.847	-	Provisão pagamentos Depesas Administrativas		123	41
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.833)	-	Fornecedores		378	183
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(19)	-				
Outros Créditos	8	917	452	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.011	-
Rendas a Receber		121	304	Obrigações p/ Repasses Pais - Instituições Oficiais	13	6.011	-
Crédito Tributário		672	-	Finame		6.011	-
Impostos e Contribuições a Compensar		0	-				
Diversos		124	148				
Outros valores e Bens	9	139	89	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	22f	2.457	1.297
Despesas Antecipadas		139	89	Resultados de Exercícios Futuros		2.457	1.297
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		58.149	35.912				
Operações de Crédito	7	57.853	34.451				
Setor Privado		52.507	34.928				
Finame		6.011	-				
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(665)	(477)				
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(26)	-				
Arrendamento Mercantil		2.815	-				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(2.815)	-				
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(26)	-				
Outros Créditos	8	322	1.282				
Crédito Tributário		322	1.282				
Outros Valores e Bens	9	0	179				
Despesas Antecipadas		-	179				
Imobilizado de Uso	10	420	388				
Outras imobilizações de Uso		597	460				
(-)Depreciação Acumulada		(177)	(72)				
Imobilizado de Arrendamento Financeiro	7	4.611	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.665	98.366
Máquinas e Equipamentos		5.170	-	Capital Social	15	100.000	100.000
Superveniência de Depreciação		464	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial		1	-
(-)Depreciação Acumulada		(1.023)	-	Prejuízo Acumulado		(1.336)	(1.634)
TOTAL DO ATIVO		133.296	101.485	TOTAL DO PASSIVO		133.296	101.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração do Resultado do 2º semestre findo em 2017 e Exercícios findos em 2017 e 2016

	NOTA	2ºSem 2017	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira		8.915	15.765	9.035
Operações de Crédito	7b	6.692	11.642	2.670
Operações de Arrendamento Mercantil	7b	1.326	1.414	-
Resultado de Aplicações Interfinanceira de Liquidez	5b	683	2.361	6.365
Resultado c/Títulos e Valores Mobiliários e Instr.Derivativos		214	348	
Despesas da Intermediação Financeira		(2.161)	(2.182)	(785)
Operações de Captação de Mercado		(197)	(231)	-
Operações de Empréstimos e Repasses		(462)	(466)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(985)	(1.023)	-
Provisão/Reversão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	7h	(517)	(462)	(785)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.754	13.583	8.250
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(5.603)	(10.808)	(11.166)
Receitas de Prestação de Serviços	20a	117	242	54
Despesas de Pessoal	20c	(4.169)	(7.796)	(8.622)
Outras Despesas Administrativas	20b	(1.214)	(2.584)	(2.136)
Despesas Tributárias	20a	(378)	(723)	(444)
Outras Receitas Operacionais	20a	41	53	6
Outras Despesas Operacionais	20a	-	-	(24)
Resultado Operacional		1.151	2.775	(2.916)
Resultado não Operacional	21	13	(1.379)	-
Resultado antes da Tributação		1.164	1.396	(2.916)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(687)	(1.098)	1.282
Provisão para Imposto de Renda	17a	(248)	(339)	-
Provisão para Contribuição Social	17a	(257)	(355)	-
Crédito tributário diferido	17b	(202)	(404)	1.282
Ativo Fiscal diferido		20	-	-
Resultado do Período		477	298	(1.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 04 de janeiro de 2016					
Capital Inicial	100.000	-	-	-	100.000
(Prejuízo) do Período	-	-	-	(1.634)	(1.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	-	-	(1.634)	98.366
Lucro do Período	-	-	-	298	298
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	-	10	-	10
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	-	10	(1.813)	98.197
Lucro do Período		15	-	462	477
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos			(9)		(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	15	1	(1.351)	98.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração do Fluxo de Caixa do 2º semestre de 2017 e de 31 de dezembro de 2017 e 2016

	NOTA	2ºSem 2017	2017	2016
RESULTADO DO PERÍODO		477	298	(1.634)
Ajustes ao Resultado:		1.074	1.127	857
Depreciação Imobilizado		55	105	72
Depreciação Arrendamento Mercantil		1.023	1.023	
Provisão (Reversão) p/Crédito, Arrendamento Merc. de Liquidação Duvidosa	7h	517	462	785
Superveniência de Depreciação		(464)	(464)	-
Provisão p/Desvalorização de BNDU		(27)	53	-
Resultado na Alienação de Outros Valores e bens		(27)	(27)	
Receita juros de Tít.Vrs.Mobiliários disponíveis p/venda		9	(1)	-
Outras receitas operacionais		(12)	(24)	
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		1.551	1.425	(777)
Variações Patrimoniais				
(Aumento)Diminuição em Ativos Operacionais		(24.411)	(54.932)	(59.622)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		59	(5.084)	-
Operações de Crédito		(24.771)	(44.370)	(57.620)
Operações de Arrendamento Mercantil		4.756	(14)	-
(Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento		(5.170)	(5.170)	-
Empréstimos		(299)	(299)	-
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		1.014	5	(2.002)
Aumento(Diminuição) em Passivos Operacionais		25.797	32.131	3.119
Deposito a Prazo		193	5.157	-
Obrigações p/ empréstimos e repasses		7.385	8.009	-
Obrigações p/ empréstimos no exterior		16.634	16.634	-
Outras Obrigações		1.179	1.171	1.822
Resultados de Exercícios Futuros		406	1.160	1.297
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		2.937	(21.376)	(57.280)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		-	(137)	(460)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		-	(137)	(460)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO GERADO		-	-	100.000
Capital inicial		-	-	100.000
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.937	(21.513)	42.260
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período		17.810	42.260	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período		20.747	20.747	42.260
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.937	(21.513)	42.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) teve seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 04 de janeiro de 2016, bem como obteve sua inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda na mesma data, e sua autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil foi em 28 de abril de 2016.

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC, Empréstimos e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- | | |
|---|-------------|
| ✓ Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | CPC 01 (R1) |
| ✓ Resolução nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa | CPC 03 (R2) |
| ✓ Resolução nº 3.750/09 e Circular nº 3.463/09- Divulgação sobre Partes Relacionadas | CPC 05 (R1) |
| ✓ Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente | CPC 24 |
| ✓ Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações | CPC 10 (R1) |
| ✓ Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro | CPC 23 |
| ✓ Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -Estrutura Conceitual | CPC 00 (R1) |
| ✓ Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados | CPC 33 (R1) |
| ✓ Resolução nº 3.823/09, Circular nº 3.484/10 e Carta-Circular nº 3.429/10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | CPC 25 |

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 06/03/2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro-rata" dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***(b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações Interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo **(Nota 4)**.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado **(Nota 5)**.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco classifica seus títulos e valores mobiliários na categoria "títulos disponível para venda" e os apresentam conforme previsto na Circular nº 3.068/01 de acordo com as seguintes diretrizes:

- (i) **Títulos para Negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos Disponíveis para Venda** - representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado líquido dos impostos, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" **(Nota 6)**.
- (iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** - representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

(e) Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses

Para as operações de crédito, obrigações por Empréstimos e Repasses estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN por meio da Resolução nº 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) **(Nota 7g)**.

(f) Operações de Arrendamento Mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. **(Nota 7f)**.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***(g) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa**

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 7h)**.

(h) Bens não de Uso Próprio

Os Bens recebidos em dação do pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização.

(i) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 9)**.

(j) Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens **(Nota 10)**.

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contra partida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem o período de tempo durante o qual o Banco Komatsu espera utilizar o ativo.

(k) Imobilizado de Arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu, no período, provisão para superveniência de depreciação, classificada em "Rendas de Arrendamento Mercantil" equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

(l) Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização.

(m) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***(n) Imposto de renda e contribuição social (Ativos e Passivos)**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda (**Nota 17a**).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 20% para a contribuição social (**Nota 17b**).

(o) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

(p) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

(q) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(s) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco não possui Ativos ou Passivos Contingentes.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

Caixa e equivalentes de caixa	2017	2016
Disponibilidades	12	12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.735	42.248
TOTAL	20.747	42.260

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

a) Composição Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Total	Total
	2017	2016
Até 90 dias		
Não Ligadas (1)	20.735	42.248
TOTAL	20.735	42.248

(1) Com vencimentos até 27/03/2018, indexados a 99,5% do CDI em dezembro 2017,

b) Rendas Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2º Semestre	Total	Total
	2017	2017	2016
Até 90 dias			
Não Ligadas	683	2.361	6.365
TOTAL	683	2.361	6.365

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação dos Títulos

	2017					2016				
	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Vencimento em 180 dias										
Títulos Disponíveis para Venda Posição Bancada										
Títulos Públicos (1)										
Letras do Tesouro Nacional	5.084	5.083	1	7,2	Selic	-	-	-	-	-

(1) Título com vencimento em 01/01/2018

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	93.987	88,0	57.620	100,0
Operações Financiamento - FINAME	8.003	7,5	-	-
Operações Empréstimos	299	0,3	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	4.508	4,2	-	-
TOTAL	106.797	100,0	57.620	100,0

(1) A Carteira está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 4.508 (31/12/2016 R\$ Zero) na data do balanço, conforme composição abaixo:

Arrendamento a Receber	4.662
(Renda a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(4.648)
Imobilizado de Arrendamento Líquido de Depreciação	4.611
Credores por Antecipação de Valor Residual	(117)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Mercantil	4.508

b) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Operações de Crédito			
Financiamento - CDC	6.372	11.314	2.670
Financiamento - FINAME	310	318	-
Operações Empréstimos	10	10	-
Operações de Arrendamento Mercantil	1.326	1.414	-
TOTAL	8.018	13.056	2.670

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
c) Composição por setor de atividade

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Pessoa Física	13.448	12,6	4.542	7,9
Pessoa Jurídica	93.349	87,4	53.078	92,1
Serviços	50.433	47,2	40.628	70,5
Comércio	36.664	34,3	10.381	18,0
Rural	1.186	1,2	1.047	1,8
Indústria	4.853	4,5	1.022	1,8
Empresariais	213	0,2	-	-
TOTAL	106.797	100,0	57.620	100,0

d) Concentração dos principais devedores

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	9.345	8,8	6.409	11,1
10 maiores devedores	26.086	24,4	20.971	36,4
20 maiores devedores	15.904	14,9	11.393	19,8
50 maiores devedores	22.429	21,0	15.121	26,2
100 maiores devedores	33.033	30,9	3.726	6,5
TOTAL	106.797	100,0	57.620	100,0

e) Composição da Carteira de Operações de Crédito por faixas de vencimentos

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	690	0,6	106	0,2
A vencer até 30 dias	3.885	3,6	1.952	3,4
A vencer de 31 a 60 dias	4.284	4,0	2.116	3,7
A vencer de 61 a 90 dias	4.143	3,9	2.235	3,9
A vencer de 91 a 180 dias	11.653	11,0	6.068	10,6
A vencer de 181 a 360 dias	21.064	19,7	10.215	17,7
A vencer acima de 361 dias	61.078	57,2	34.928	60,5
TOTAL	106.797	100,0	57.620	100,0

(1) Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía operações de crédito vencidas a mais que 90 dias (zero em 2016).

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	2017	2016
Prazo de vencimento		
Avencer de 1 a 90 dias	508	-
Avencer de 91 a 180 dias	479	-
Avencer de 181 a 360 dias	946	-
Avencer acima de 361 dias	2.575	-
TOTAL VALOR PRESENTE	4.508	-

g) Classificação da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	2017		2016	
		Valor		Valor	
		Operações de Crédito	Provisão	Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	394	-	-	-
A	0,50	31.206	156	17.602	88
B	1,00	72.640	726	35.992	360
C	3,00	2.260	68	940	28
D	10,00	-	-	3.086	309
H	100,00	297	297	-	-
TOTAL		106.797	1.247	57.620	785

h) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2017	2016
Saldo Inicial	785	-
Complemento Líquido de Provisão	462	785
Saldo Final	1.247	785

No período, o Banco não possuía operações renegociadas, baixadas para prejuízo e recuperadas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
8. OUTROS CRÉDITOS

	2017	2016
Rendas a Receber(1)	121	304
Crédito Tributário (Nota 17b)	994	1.282
Diversos(2)	124	148
TOTAL	1.239	1.734

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio.

(2) Refere-se basicamente a adiantamento de férias

9. OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Despesas Antecipadas (1)	139	268
TOTAL	139	268

(1) Refere-se a aquisição de Licença de uso de sistemas de informação.

10. IMOBILIZADO DE USO

Itens	2017			2016		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil
Máquinas e Equip. de Uso	4	(2)	2	4	(1)	3
Móveis e Utensílios	89	(17)	72	89	(8)	81
Sistema de Comunicação	18	(4)	14	19	(1)	18
Sistema de Proces.de Dados	187	(63)	124	149	(27)	122
Sistema de Transporte	299	(91)	208	199	(35)	164
TOTAL	597	(177)	420	460	(72)	388

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada de 95,5% do DI.

a) Depósito a Prazo por prazo de Exigibilidade

	2017			2016		
	até 12 meses	1 a 3 anos	Total	até 12 meses	1 a 3 anos	Total
Depósito a Prazo						
CDB -Pós Ligada (1)	-	5.157	5.157	-	-	-

(1) O Depósito a Prazo tem liquidez diária e pode ser resgatado a qualquer momento sem ônus à Instituição.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

As obrigações por empréstimo no exterior, no montante de R\$ 16.634 com banco de Tokyo-Mitsubishi, referem-se à utilização da linha de crédito mantidas em reais junto a Instituição Financeira no exterior acrescida por encargos à taxa e juros pré-fixados, com vencimento em 31 de outubro de 2018.

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de juros de 2,10% a.a. com vencimento em 2022.

a) Obrigações por Repasses
No país - Instituições Oficiais

Programa	Remuneração a.a	2017	Programa	Remuneração a.a	2016
FINAME			FINAME		
Pós- fixado	TJLP +2.1% a.a	8.009	Pós- fixado	-	-

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
Cobrança e arrecadação de Tributos	20	25
Fiscais e Previdenciárias	265	307
Pagamento de Pessoal	1.471	1.266
Credores por Antecipação Valor Residual	117	-
Provisão Despesas Administrativas	123	41
Fornecedores	378	183
TOTAL	2.374	1.822

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não distribuiu dividendos em face do saldo do prejuízo acumulado.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	2017	2016
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	121	304
Komatsu Brasil International Ltda.	121	304
TOTAL	121	304
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	27	113
Komatsu Brasil International Ltda.	27	113
Depósito a Prazo - CDB	5.157	-
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	5.157	-
TOTAL	5.184	113
RESULTADO		
Outras Despesas Administrativas (3)	928	2.978
Komatsu Brasil International Ltda.	928	2.978
Despesa de Depósito a Prazo	227	-
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	227	-
TOTAL	1.155	2.978

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2017		2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	1.164	1.164	1.396	1.396	(2.916)	(2.916)
(+) Adições Permanentes	304	304	642	642	517	517
(+) Adições Temporárias	514	514	727	727	532	532
(-) Exclusões Temporárias	(496)	(111)	(693)	(229)	(158)	(79)
Resultado antes da compensação	1.486	1.871	2.072	2.536	(1.946)	(1.946)
Realização/Constituição do Crédito Tributário	(446)	(561)	(622)	(761)	(903)	(903)
Base de cálculo IRPJ/CSLL	1.040	1.310	1.450	1.775	(2.849)	(2.849)
Alíquota nominal (15% IRPJ)	156		218		(427)	
Alíquota nominal (10% adicional - IRPJ)	92		121		(285)	
Total Imposto de renda	248		339		(712)	
Alíquota nominal (20% CSLL)		257		355		(570)
Total Imposto de contribuição social		257		355		(570)

b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2017	2016
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(2.274)	(2.849)
Crédito Tributário IRPJ 25%	(539)	(712)
Crédito Tributário CSLL 20%	(455)	(570)
TOTAL	(994)	(1.282)

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Origem	2016	Constituição	Realização	2017
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	(876)		511	(365)
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	(353)	(208)		(561)
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Outras	(53)	(15)		(68)
Total de Créditos Tributários	(1.282)	(223)	511	(994)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 4 anos são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 2 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de realização
2018	672	628	67,6%
2019	322	274	32,4%
TOTAL	994	902	100,0%

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO**

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco Komatsu do Brasil S.A. estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a gestão de riscos e compliance essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e compliance do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e compliance conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e Compliance que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da instituição, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página da instituição na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br. (Não auditado).

a) Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 3.721/09 CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da instituição.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b) Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 3.464/07 CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da instituição.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado da instituição é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular No. 3.365/07 BACEN.

c) Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.090/12 CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir o:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico da instituição;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos da instituição.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez da Instituição e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 3.380/06 CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da instituição.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e comitê de riscos e compliance que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e compliance às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e compliance.

Com relação ao atendimento dos requisitos de basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***d) Risco Socioambiental**

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da instituição.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com a instituição.

e) Gestão do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192/13 CMN, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

- ✓ Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- ✓ Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

19. ÍNDICE DE CAPITAL

O índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio do mesmo. Tal índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615/11 BACEN.

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 CMN e nº 4.193/13 CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2017	2016
Patrimônio de Referência	98.374	97.597
PR - Nível I	98.374	97.597
Capital Principal (CP)	98.374	102.403
Capital Social	100.000	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(1.336)	(1.634)
(-) Deduções do CP exceto ajustes prudencias	(290)	(769)
Capital Complementar (CC)	-	-
PR-Nível II	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívidas habilitadas para integrar o Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	141.466	86.816
Risco de Crédito	118.293	80.607
Risco Operacional	23.173	6.209
Risco de Mercado	-	-
Nível I	98.374	97.597
Capital Principal (CP)	98.374	97.597
Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência	98.374	97.597
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	13.086	8.574
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	85.288	89.023

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 9,25% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do Bacen.

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 69,54 % (112,42% em 2016).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 73,68% (96,9% em 2016)

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Receita de Prestação de Serviços	117	242	54
Outras Receitas Operacionais	41	53	6
Outras Despesas Operacionais	-	-	(24)
Despesas Tributárias	(378)	(723)	(444)
TOTAL	(220)	(428)	(408)

b) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Despesas de Processamento de Dados	216	586	745
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	516	973	556
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	70	207	189
Outras Despesas Administrativas	80	220	388
Despesas de Comunicação	55	110	107
Despesas de Viagens	25	41	79
Despesas de Publicações	27	84	-
Despesa de Depreciação	55	105	72
Despesa c/ Seguros	38	67	-
Despesa c/Transporte	77	92	-
Despesa c/Emol.Judiciais e Cartorários	55	99	-
TOTAL	1.214	2.584	2.136

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Proventos e Ordenados	3026	5.513	6.369
Encargos Sociais	757	1.525	1.764
Benefícios	383	657	489
Treinamento	3	101	-
TOTAL	4.169	7.796	8.622

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

Refere-se ao prejuízo em transações c/ valores e bens no montante de R\$ 1.379 em 2017 e (2016, R\$ Zero)

22 OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Benefícios a Funcionários**

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

b) Participação nos Lucros - Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

c) Remuneração de pessoal chave da administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição trabalha no momento com remuneração variável.

d) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável e possível.

Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***f) Resultado de Exercícios Futuros**

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

g) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.